

Um estudo: rumos para o governo.

Os brasileiros deverão desembolsar mais recursos, para que o governo possa reduzir a dívida interna e aumentar os seus investimentos. Pelo menos isto é o que se pode entender da leitura da Consolidação Plurianual de Programas de Governo (CPPG) para o período 1982-1985, um maçudo documento de mais de 400 páginas preparado pelo Iplan (Instituto de Planejamento), subordinado ao ministro Delfim Neto.

Ontem, o superintendente do órgão, José Augusto Arantes Savassi, confirmou que o documento não indica as "metas" a serem atingidas, mas apenas os "rumos prováveis" da política econômica nos próximos anos. Além disso, está sujeito a sucessivas revisões, na tentativa de se chegar a um orçamento unificado de investimentos governamentais. Um dos principais objetivos desse orçamento é dar ao governo uma visão global das necessidades de cada área, e vice-versa, pois é frequente que um ministro defenda recursos para programas de sua área sem ter noção mais precisa das necessidades globais do governo.

Menos subsídios

O aumento dos desembolsos dos agricultores e exportadores, por exemplo, deverá ocorrer através da redução dos subsídios creditícios. Para a sociedade como um todo, espera-se um aumento da carga fiscal, quando da anunciada reforma tributária. A política monetária também deverá ser feita de modo a permitir um aumento da poupança doméstica de 20,3% do PIB, em 1981, para 23% em 1985.

O governo espera gastar Cr\$ 74,4 trilhões, ou 410 bilhões de dólares, em apenas quatro anos, sendo Cr\$ 13,3 trilhões em investimentos, dos quais apenas 10% em novos projetos. Surpreendentemente, o documento acredita que será possível fazer isto, reduzindo 70% os subsídios reais e 60% o déficit público interno.

O trabalho, apesar de reconhecer as atuais dificuldades, deixa claro que o governo pretende nada alterar no atual modelo econômico, até no que diz respeito aos vultosos investimentos públicos.

De fato, um dos "grandes desafios" apontados pelo trabalho é exatamente como assegurar a transferência sempre crescente de recursos fiscais, a fundo perdido ou sem retorno imediato, o para o cumprimento dos programas das estatais. "De um lado, orçamento da União já está pressionado pelas demais rubricas, sendo problemático aplicar em termos reais suas

transferências à administração indireta." De outro lado, "as empresas estatais não podem prescindir de um volume bem mais acentuado de recursos do Tesouro, sobretudo neste e no próximo ano".

A situação dos subsídios

O volume total de subsídios foi de Cr\$ 312 bilhões, em 1979, subindo para Cr\$ 718 bilhões no ano passado, podendo alcançar Cr\$ 1,23 trilhão este ano. A expectativa do Iplan é que se possa reduzir esta cifra para Cr\$ 390 bilhões até 1985; as subvenções ao crédito declinariam de Cr\$ 1.058 trilhão para Cr\$ 340 bilhões, no período.

Esta redução não será conseguida, porém, através do aumento dos juros, e sim através do declínio da inflação (médias de 88,3% este ano, 74,7% em 1983, 60% em 1984 e 50% em 1985), mantidas inalteradas as atuais taxas para os agricultores e exportadores.

O documento apresenta ainda várias outras projeções. O PIB, por exemplo, crescerá 3,5% este ano e cerca de 5% entre 1983 e 1985. Em dólares atuais, o PIB alcançaria 320 bilhões de dólares este ano (contra 285 bilhões em 1981) e 465 bilhões em dezembro de 85, o que elevaria a renda per capita de 2.335 dólares no ano passado para quase 3.500 dólares, pois a população, crescendo 2,48% ao ano, totalizaria 134,5 milhões de habitantes. Já a taxa de crescimento do nível de emprego avançaria 1,24% este ano e 1,8% entre 1983 e 1985. Em contraste, a PEA (População Economicamente Ativa) continuará aumentando em quase 3,5% e a população urbana, em mais de 4% por ano.

O Iplan acredita ainda que as exportações possam crescer à média anual de 16,6%, um pouco abaixo portanto dos 17,1% do período 1974 à 1980. As vendas de produtos básicos acusariam uma expansão de 10% ao ano e as de produtos industrializados 22%.

De outro lado, a taxa média de aumento das importações seria de 13,4% com as compras externas somando 36,5 bilhões de dólares, o que garantiria um superávit comercial de 6,5 bilhões em 1985. Como no entanto o déficit da conta de serviços continuará crescendo, em consequência dos juros da dívida externa, acredita-se que, na hipótese mais otimista, seria possível estabilizar o déficit em transações correntes em torno de 11 bilhões de dólares por ano. Em 1985, a dívida externa será de 102 bilhões de dólares, com um crescimento de 66% no curto período de quatro anos.